

TURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE: NÚMEROS, POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES NA ILHA DA BOAVISTA

NÉLIDA DO ROSÁRIO DA LUZ
Direção Geral do Turismo, Cabo Verde

VLADMIR ANTERO DELGADO SILVES FERREIRA
Escola Superior de Ciências Agrárias e Ambientais de Universidade de Cabo Verde

RESUMO

O presente artigo visa analisar os números, políticas, programas e ações turísticas implementados na ilha da Boavista, Cabo Verde. A recolha de material sobre o objeto de estudo adveio da pesquisa e análise documental. O desenvolvimento do turismo na ilha da Boavista constitui a principal alternativa económica para a população local. Conclui-se que apesar da existência de um conjunto de instrumentos políticos e jurídicos de gestão ambiental e campanhas de sensibilização, o atual desenvolvimento do turismo compromete o ambiente porque não tem sido compatível com os objetivos de conservação, o que poderá comprometer a própria viabilidade do sector.

Palavras-chave: Educação, Turismo, Ambiente, Boavista, Cabo Verde

ABSTRACT

This article aims to analyze the numbers, policies, programs and actions implemented on the island of Boavista, Cape Verde. The collection of material on the subject matter came from the documentary research and analysis. The development of tourism on the island of Boavista, is the main economic alternative for local people. We conclude that despite the existence of a set of political

and legal instruments of environmental management awareness campaigns, the current tourism development compromises the environment because it has not been compatible with the conservation objectives which could compromise the sector's viability own.

Keywords: Education, Tourism, Environment, Boavista, Cape Verde

1. POLÍTICAS, PROGRAMAS E AÇÕES DE CONSERVAÇÃO DO AMBIENTE

O direito ao ambiente é consagrado como direito fundamental no artigo 73º da Constituição da República de Cabo Verde - "Todos têm direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar" (Constituição da República Cabo Verde - Lei Constitucional n.º 1/VI/2010, de 3 de maio).

A Constituição estipula ainda que as atividades económicas devem ser realizadas tendo em vista a preservação do ecossistema, a durabilidade do desenvolvimento e o equilíbrio das relações entre os seres humanos e o meio envolvente, assim como proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais e o meio ambiente, bem como o património histórico-cultural e artístico nacional.

Com vista a proteger os seus recursos naturais e ambientais, Cabo Verde dispõe de um conjunto de instrumentos políticos e jurídicos de gestão ambiental, tais como a Estratégia Nacional e Plano de Ação sobre a Biodiversidade, Plano de Ação Nacional para o Ambiente, Projeto Cabo Verde – Natura 2000, Programa Regional de Conservação das Zonas Costeira e Marinha (PRCM), Projeto de Criação e Gestão de Áreas Protegidas, Projeto de Conservação Marinha e Costeira, Plano de Gestão dos Recursos de Pesca, Plano Estratégico de Desenvolvimento Agrícola, Lei de Bases do Ambiente, Lei de Criação de Áreas Protegidas, Lei de Conservação e Proteção de Espécies Ameaçadas, Lei da Criação da Reserva Natural de Santa Luzia, Diploma Legal de Avaliação de Impactes Ambientais, entre outros.

No entanto, por vezes, a legislação apresenta-se inadequada, pois continua a não conseguir condicionar práticas e atividades ilegais que em alguns casos se devem a questões culturais, em outros se devem à pobreza (pessoas que buscam o sustento imediato). A pobreza é um fator crucial para a conservação e qualidade ambiental no arquipélago. As condições de pobreza em que boa parte da população vive, conduz à degradação do ambiente, ao incumprimento das leis e, dificilmente estas serão eficazes ou os recursos serão conservados, se este fator não for tido em conta. A título de exemplo pode-se citar a extração de inertes em praias, dunas e em outros locais não permitidos e a captura de espécies ameaçadas (tartarugas, lagostas e algumas aves). A fiscalização é ineficaz devido à insuficiência de meios (Lima, 2008).

Um número considerável de convenções já foram assinadas e ratificadas, sendo a Convenção Marpol uma das primeiras (em 1987). Em 1995, Cabo Verde

assinou a Convenção da Biodiversidade, a Convenção sobre as Mudanças Climáticas e a Convenção de Luta contra a Desertificação. Mais tarde, aderiu a um conjunto de outras Convenções, tais como: CITES, Ramsar, Basileia, Poluentes Orgânicos Persistentes, Conservação de Espécies Migratórias, Convenção Internacional sobre a Cooperação, Preparação e Luta contra a Poluição por Hidrocarbonetos, Protocolo de Montreal, Convenção de Viena, Protocolo de Quioto, Protocolo de Cartagena.

Com a entrada em funcionamento em 1995 do Secretariado Executivo para o Ambiente (SEPA), órgão com competências para as Políticas Ambientais, a problemática ambiental em Cabo Verde ganhou uma nova dimensão. Em 2002, este Secretariado foi extinto, sendo criada a Direção Geral do Ambiente que se encontra atualmente sob tutela do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território (MAHOT). Os Serviços do Ministério estão organizados em Serviços Centrais (Direções Gerais) e Serviços de Base Territorial (Delegações do MAHOT que dependem hierarquicamente do Ministro e funcionalmente dos serviços centrais). O Ministério ainda exerce superintendência sobre Institutos Autónomos (Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – INIDA e o Instituto Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - INGRH), e articula-se com outros Ministérios. O papel da Direção Geral do Ambiente é, fundamentalmente, de conceção, dinamização, coordenação e supervisão no domínio de Ambiente. Para além da DGA outras instituições intervêm na execução das Políticas Ambientais.

Quanto à intervenção nas zonas costeiras, para além das instituições acima mencionadas, excetuando a Cooperação Internacional, acrescenta-se a Sociedade Civil, a Direção Geral do Comércio, Indústria e Energia, a Direção Geral do Turismo, a Agência Cabo Verde Investimentos (sendo os três últimos, serviços do Ministério do Turismo Investimento e Desenvolvimento Empresarial) e a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boavista e do Maio.

Na perspetiva de dotar Cabo Verde de um instrumento de gestão da informação ambiental, foi recentemente criado um Sistema de Informação Ambiental (SIA), encontrando-se diversas instituições envolvidas (por exemplo: Órgãos do Poder Central – Direção Geral do Ambiente, Direção Geral do Ordenamento do Território, Direção Geral de Marinha e Portos, Instituto Nacional de Proteção Civil, Direção Geral do Planeamento, Instituto Nacional de Estatísticas, Instituto Nacional do Desenvolvimento das Pescas, Direção Geral do Turismo, do Poder Local, Organizações da Sociedade Civil, Instituições de Ensino e Investigação, Órgãos da Comunicação Social).

O Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de fevereiro veio declarar 14 áreas protegidas na ilha da Boavista, contemplando cerca de 1/3 do território protegido, porém nenhuma se encontra ainda implementada. Além do sistema nacional, alberga dois dos três sítios Ramsar declarados em Cabo Verde (Curral Velho e Lagoa de Rabil) e estas duas áreas também são reconhecidas como de impor-

tância para aves. Decorrem ainda na ilha projetos de conservação de tartarugas marinhas e de aves.

Praticamente todas as espécies de aves existentes em Cabo Verde encontram-se em regressão. A principal causa é a forte pressão antropogénica devido principalmente à captura de indivíduos e dos ovos, a ocupação ou destruição dos habitats de reprodução, perturbação dos locais de nidificação e outros animais (gatos e corvos). Relativamente às tartarugas marinhas, estas têm também sido afetadas pelas mesmas razões (Lima, 2008).

Não obstante ser a terceira maior ilha do país, a Boavista tem a particularidade de ser a menos povoada. Nesta circunstância, a vulnerabilidade das suas espécies é ainda maior porque, durante muito tempo, evoluíram praticamente longe da presença humana (Lima, 2008).

Têm sido várias as campanhas de sensibilização na Boavista, efetuadas pelas ONG's Natura 2000 e Clube Ambiental de Boavista: projeção de vídeos sobre conservação de recursos naturais no país; folhetos informativos e alusivos à conservação; limpeza de praias; libertação de crias de tartarugas por parte das crianças e jovens. Para além destas duas ONG, também a equipa técnica municipal para o ambiente e a Secretaria da Juventude têm enviado esforços para sensibilizar as populações, no entanto, as pessoas encontram-se ainda “apáticas” e o interesse pelas questões ambientais ainda não é considerável. É necessário dar a conhecer a riqueza natural do país e a sua importância (em linguagem muito simples) para haver uma maior valorização.

Contudo, há que existir algum cuidado, para não divulgar a localização exata de espécies raras ou ameaçadas, sob pena destas virem a ser importunadas. Sem a adequada gestão das áreas, Boavista corre o risco de perder algumas espécies e habitats, ou destes serem degradados. O litoral vem sofrendo fortes alterações em consequência do desenvolvimento económico (turismo, aumento da densidade populacional e urbanística). A implementação das áreas protegidas é conseguida através da aprovação da delimitação, gestão e ordenamento desses sítios. Todavia, não basta só implementar a criação de áreas protegidas, se não se controlar os fatores exógenos que possam afetar o equilíbrio ecológico, sendo por isso o planeamento e gestão integrada de capital importância. A conservação é uma ação preventiva que evita a degradação e destruição de áreas permitindo poupar na requalificação ambiental destas (Lima, 2008).

Nas escolas do ensino básico realizaram-se atividades relacionadas com o ambiente na sequência do Programa PFIE (Programa de Formação e Informação para o Ambiente), que terminou no ano 2000. Este programa introduziu a Educação Ambiental nas escolas através de formações ministradas aos Coordenadores Pedagógicos e professores, munindo-lhes de instrumentos necessários a um trabalho pedagógico com as crianças no domínio da sensibilização, informação e educação ambiental. Também a introdução, no ensino secundário, da disciplina “Formação Pessoal e Social” com um papel importante em matéria de educação

ambiental como seja na formação de mentalidades e transmissão de valores morais e cívicos compatíveis com as exigências associadas à defesa e preservação do património comum e a disciplina “Homem e Ambiente” com a finalidade de tratar questões relacionadas com o homem e os ecossistemas que o rodeia veio contribuir para o reforço da educação ambiental (www.sia.cv).

2. POTENCIALIDADES TURÍSTICAS DA ILHA DA BOAVISTA

Os atrativos naturais e as infra-estruturas são duas condições fundamentais para o desenvolvimento do turismo em qualquer região ou localidade. Em Cabo Verde, cada ilha possui características específicas que poderão transformar-se em potencialidades para o desenvolvimento de diferentes tipos de turismo. No caso da ilha da Boavista onde se ressaltam as praias extensas e muito adequadas à prática balnear, associada às condições climáticas favoráveis e a possibilidade de articulação e complementaridade das áreas de interesse ambiental, que ocupam a frente oposta da ilha desde a costa Norte à costa Sudeste, conferem-lhe um perfil potencial dominante de turismo balnear familiar com uma importante componente de turismo ambiental.

Contudo, as potencialidades turísticas desta ilha não se resumem aos recursos naturais. As infra-estruturas hoteleiras e conexas também fazem parte das suas potencialidades. A ilha dispõe atualmente de um número considerável de infraestruturas de alojamento e dispendo de um aeroporto de nível internacional, aliados às potencialidades turísticas naturais, estas são condições que à partida determinaram o desenvolvimento do turismo nesta ilha.

Sendo a terceira ilha do arquipélago em dimensão, com uma superfície de 620 km², está entre as ilhas do arquipélago com maiores potencialidades para a prática do turismo balnear. A parte oriental da ilha é caracterizada por uma grande concentração de recursos naturais, como sejam populações reprodutoras de tartarugas marinhas, colónias de aves marinhas, campos de dunas, zonas húmidas e fauna associada, colónias de corais, espécies singulares de peixes, ninhos de guincho, espécies raras de aves e árvores milenárias, como calabaceira, figueira-brava e amendoeira, conferindo à ilha um enorme valor ecológico (Lima, 2008).

As temperaturas médias anuais são de 24 a 25 °C. Os ventos sopram com relativa intensidade durante todo o ano, sofrendo uma ligeira diminuição durante o verão. A humidade relativamente média desce raramente abaixo de 60% e situa-se na maior parte do tempo entre os 70 e os 90%. As terras são baixas, limitando-se o sistema montanhoso a pequenas colinas, sendo o ponto mais alto o Monte Estância, com 387 metros de altitude (Plano de Desenvolvimento Urbano de Sal-Rei - PDUSR, 2012). As dunas podem atingir vários metros de altura, e pelo seu elevado valor paisagístico e ecológico, desempenham uma função primordial na proteção e conservação da costa, com um importante papel contra a erosão das praias, funcionando como reserva de areia para a proteção destas.

Em termos de património cultural e histórico, a ilha da Boavista não possui muitas alternativas. Esta ilha intitulada como “a ilha fantástica” pelo escritor cabo-verdiano Germano Almeida (1994) apenas oferece aos visitantes as ruínas do antigo Forte do Duque de Bragança construído para a defesa contra os frequentes ataques dos piratas, alguns edifícios da época colonial na cidade de Sal Rei, as ruínas da antiga fábrica de cerâmica localizada na praia de Chaves, as ruínas da antiga aldeia de Curral Velho, as aldeias abandonadas dos pescadores e o antigo cemitério dos judeus. As festas tradicionais existentes em algumas das povoações da ilha são também um recurso cultural com algum interesse em termos de turismo, principalmente as festas de Santa Isabel (festejado a 04 de julho) e de São João Baptista (festejado a 24 de junho) e o festival de verão.

Em suma, o sol durante o ano, as praias, os desportos náuticos, pesca, nataçã, festivais de música são as principais potencialidades turísticas da ilha, mas são os recursos naturais que assumem maior relevância, sendo o seu principal produto turístico o turismo de sol e praia. Pearce (1987) já tinha considerado a predominância do turismo de “sol e praia”, especialmente em ilhas tropicais e sub-tropicais, uma consequência direta da situação insular.

No que se refere à acessibilidade, é de se referir que o plano de desenvolvimento turístico da Ilha da Boavista obriga a necessidade de dotar a ilha de uma via rápida que possa assegurar a ligação direta entre o aeroporto e as três ZDTI's e, por outro, uma ligação direta entre a Vila de Sal-Rei, o Aeroporto, o Porto, Rabil e a Povoação Velha, o que permitirá descongestionar a via atual de acesso a Sal-Rei.

3. DADOS DO TURISMO NA ILHA DA BOAVISTA

O Governo de Cabo Verde almeja alcançar um turismo de valor acrescentado, de qualidade e que traga vantagens para a economia e para a sociedade, pois o turismo é um setor de atividade que traz muitas vantagens para a economia, daí a necessidade de se tirar o maior proveito do setor e das suas potencialidades. Entretanto, algumas situações a escassez de recursos naturais e económicos no país têm limitado os setores de atividade económica potenciadores de estratégias e políticas de desenvolvimento. Na última década, o setor do turismo emergiu como uma das principais apostas para a prossecução desse objetivo, podendo converter-se no motor da economia cabo-verdiana.

Quadro 1: Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2001 e 2011 – Cabo Verde

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	88	93	105	108	132	142	150	158	173	178	195
N.º de Quartos	2.489	2.820	3.146	3.150	4.406	4.836	5.368	6.172	6.367	5.891	7.901
Nº de Camas	4.628	5.159	5.715	5.804	8.278	8.828	9.767	11.420	11.720	11.397	14.076
Capacidade de Alojamento	5.450	6.062	6.682	6.749	10.342	10.450	11.544	13.708	14.096	13.862	17.025
Pessoal ao Serviço	2.046	2.043	2.281	2.165	3.199	3.290	3.450	4.058	4.120	4.058	5.178

Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas - INE (2012)

No que à ilha da Boavista diz respeito, a dinâmica do setor turístico permitiu a colocação da ilha numa posição vantajosa em relação às restantes ilhas do país. Com efeito, o financiamento de obras estruturantes, como é o caso a infra-estruturação da zona de Lacação e os investimentos privados e outras assumidas diretamente pelo Governo, têm contribuído para o aumento da já referida dinâmica económica da ilha.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo na ilha da Boavista em vindo a destacar-se ano após ano e, de acordo com o quadro infra, nota-se um crescimento notável nas entradas e dormidas nos estabelecimentos hoteleiros que teve reflexos importantes para o aumento da oferta. De destacar o crescimento dos estabelecimentos hoteleiros, de seis em 2004 passou para vinte e um em 2011 - o que, por outro lado, traduz que a procura também tem vindo a aumentar. Este aumento também é notável no pessoal ao serviço que em 2004 era de quarenta e quatro e passou para mil setecentos e setenta e seis em 2011, o que também significa que o acelerado crescimento da capacidade hoteleira implicou a criação de oportunidades de emprego.

Quadro 2: Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2004 e 2011 na ilha da Boavista

Boavista	Ano							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	6	13	14	14	19	19	19	21
N.º de quartos	101	591	614	599	1.399	1.404	1.683	2.564
N.º de camas	194	1.447	1.168	1.157	2.692	2.695	3.071	4.378
Capacidade de alojamento	235	2.139	1.479	1.547	3.566	3.576	3.675	5.212
Pessoal ao serviço	49	505	459	228	895	910	1.152	1.776
Entradas	3.849	4.582	20.968	15.533	33.135	82.476	125.575	184.878
Dormidas	22.129	24.306	171.866	90.796	238.720	705.188	1.000.271	1.334.108
Taxa de ocupação nos estabelecimentos hoteleiros	39,3	28,4	36,2	30,5	55,0	69	79,3	83,0

Fonte: INE (2012)

Podemos ver então qual a evolução do peso que esta ilha tem assumido no contexto de Cabo Verde através da tabela seguinte e onde se verifica para as principais rubricas que o peso da ilha não tem cessado de crescer.

Quadro 3: Peso da Boavista relativamente a Cabo Verde entre 2004 e 2011 (%)

	Ano							
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Estabelecimentos	5,6	9,8	9,9	9,3	12,0	11,0	10,7	10,8
N.º de quartos	3,2	13,4	12,7	11,2	22,7	22,1	28,6	32,5
N.º de camas	3,3	17,5	13,2	11,8	23,6	23,0	26,9	31,1
Capacidade de alojamento	3,5	20,7	14,2	13,4	26,0	25,4	26,5	30,6
Pessoal ao serviço	2,3	15,8	14,0	6,6	21,9	22,1	28,4	34,3

Fonte: Adaptado do INE (vários anos)

Segundo dados do inventário anual realizado pelo INE, junto dos estabelecimentos de alojamento, no ano 2011 existiam na ilha da Boavista, 21 estabelecimentos hoteleiros, o que corresponde a um total de 10,8% na escala nacional e que ofereciam 2.564 quartos, 4.378 camas com capacidade para acolher 5.212 pessoas.

Quadro 4: Estabelecimentos de alojamento na ilha da Boavista (2011)

	Hotéis		Pensões		Pousadas		Hotéis-apar- tamentos		Aldeamentos Turísticos		Residenciais		Total		%¹
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Estabeleci- mentos	8	18	2	3	-	-	3	23	2	20	6	11	21	10,8	
Quartos	2.317	40	15	2	-	-	57	23	112	22	63	11	2.564	32,5	
Cama	5	11	8	12	1	13	2	15	-	-	16	30	32	16,4	
Capacidade	3.964	37	25	3	-	-	83	22	211	23	95	10	4.378	31,1	

Fonte: Adaptado do INE (2012)

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA TURÍSTICA

Em 2011 a ilha da Boavista recebeu 184.878 hóspedes que representam 38,9% do total dos hóspedes entrados nos estabelecimentos hoteleiros do país. Os hóspedes provenientes do estrangeiro são maioritariamente os europeus, em especial os do Reino Unido (90.481), França (66.641), Portugal (65.693) e Alemanha (60.495). Os hóspedes não-europeus são ainda relativamente pouco representativos: EUA, 3.711 e África do Sul, 2.819 hóspedes (INE, 2012).

Quadro 5: Hóspedes segundo a ilha, por país de residência dos hóspedes (2011)

País de residência habitual	São Vicente	Sal	Boa Vista	Santiago	Restantes Ilhas	Total	%
Cabo Verde							
Cabo-Verdianos	8.378	8.956	4.276	11.307	9.729	42.646	9,0
Estrangeiros	519	1.599	1.091	341	825	4.375	0,9
Estrangeiros							
África do Sul	74	28	1.313	1.359	45	2.819	0,6
Alemanha	2.526	22.622	28.917	1.953	4.477	60.495	12,7
Áustria	175	581	592	148	276	1.772	0,4
Bélgica Holanda	1.029	7.993	13.424	805	918	24.169	5,1
Espanha	2.249	5.788	2.094	2.825	831	13.787	2,9
EUA	510	820	364	1.609	408	3.711	0,8
França	6.076	19.267	26.409	4.436	10.453	66.641	14,0
Reino Unido	659	37.985	50.297	1.180	360	90.481	19,0
Itália	1.075	29.219	22.963	2.188	933	56.378	11,9
Portugal	3.774	20.887	19.174	20.788	1.070	65.693	13,8
Suíça	483	780	3.607	436	702	6.008	1,3
Outros Países	1.926	11.797	10.357	10.318	1.921	36.319	7,6
Total	29.453	168.322	184.878	59.693	32.948	475.294	100,0
%	6,2	35,4	38,9	12,6	6,9	100,0	

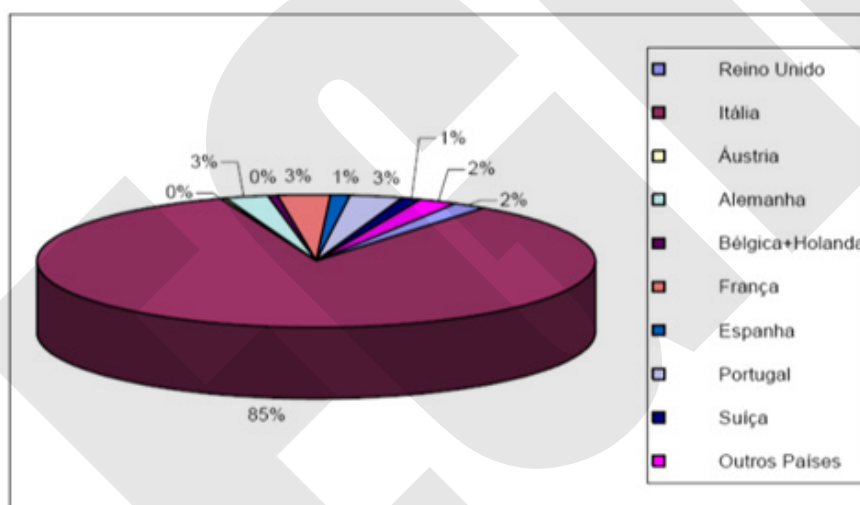
Fonte: INE (2012)

Em relação às dormidas, tal como nos hóspedes, a Ilha da Boavista é a de maior acolhimento do arquipélago. As dormidas totalizam 1.334.108 o que corresponde a 47,2% do total das dormidas realizadas no arquipélago. Os hóspedes residentes no Reino Unido contribuíram com 776.740 dormidas, 27,1% do total; seguem-se os da Alemanha, Itália e Portugal com 15,1%, 14,1% e 11,9% respetivamente.

Os residentes em Itália realizaram 12,8% das dormidas também na ilha da Boavista. Para os hóspedes provenientes deste mercado, os hotéis são os estabelecimentos hoteleiros mais procurados contabilizando 92,2% das dormidas efetuadas.

Estes dados confrontados, por exemplo, com dados do ano de 2006, permitem mostrar a evolução do setor na ilha se tivermos em conta que no ano em referência a ilha registou um total de 16.126 turistas internacionais, sendo, na altura, o principal emissor a Itália, como se vê na figura infra.

Gráfico 1 – Distribuição dos hóspedes segundo a ilha, por país de residência habitual dos hóspedes (2006)



Fonte: INE (2012)

A taxa de ocupação-cama geral é de 58%, valor idêntico à média nacional. Os Hotéis na ilha da Boavista são os estabelecimentos com a melhor taxa de ocupação cama, 86%, valor superior a média nacional; seguem-se os Aldeamentos Turísticos com 75%, as Pensões com 26%, as Residenciais com 20% e os Hotéis-Apartamentos com uma taxa de ocupação-cama de 15%.

Quadro 7: Taxa de ocupação-cama segundo o tipo dos estabelecimentos, por ilha (2011)

Ilha	H o - téis	Pensões	Pousa- das	H o t é i s - - a p a r t a - mentos	Aldeamen- tos turísti- cos	Residen- ciais	Total
Santo Antão	32	21	14	-	32	15	25
São Vicente	20	17	2	49	-	17	19
São Nicolau	-	22	5	13	-	15	19
Sal	67	21	-	12	14	19	61
Boa Vista	86	26	-	15	75	20	83
Maio	-	19	23	10	-	16	20
Santiago	34	9	7	24	7	27	25
Fogo	22	13	48	7	7	10	16
Brava	-	5	0	-	-	-	5
Total	69	17	14	17	33	19	58

Fonte: INE (2012)

Apesar da importância destes dados para o setor e para o desenvolvimento económico da ilha, os mesmos não deixam de ser preocupantes se analisados do ponto de vista social e ambiental, sobretudo quando estejam em causa zonas sensíveis, na medida em que os impactos negativos do turismo terão uma intensidade ainda maior se as atividades turísticas não forem estritamente controladas.

Tendo em conta, o nível de vida da população, a baixa densidade populacional e a concentração populacional nas faixas etárias jovens, pressupõe uma maior fragilidade cultural e social, uma vez que estas se encontram mais suscetíveis à assimilação de fatores externos, à perda de valores tradicionais e uma maior fragilidade ecológica, por o equilíbrio ambiental estar adaptado a um número restrito de habitantes. As condições focadas e o frequente domínio económico sobre o ambiental, ou do valor económico imediato sobre o princípio de sustentabilidade leva-nos a pensar que se o turismo não for bem planeado, as consequências serão muito nefastas.

Na legislação cabo-verdiana encontram-se declaradas duas Zonas de Desenvolvimento Turístico Integral (ZDTI) para a Boavista, a da Praia de Chaves e a de Santa Mónica (Decreto-Regulamentar n.º 7/94 de 23 de maio), no entanto, estas foram redefinidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 7/2007 de 19 de março sendo ainda criada a Zona de Morro de Areia. Estas ZDTI são exemplos de áreas de desenvolvimento turístico em sobreposição com sítios protegidos. Prevê-se que nos próximos 15 anos sejam construídas cerca de 30 mil camas nas ZDTI da ilha, no entanto, desconhece-se os objetivos definidos para estas zonas, dada a inexistência de um plano estratégico. Não deixa também de ser preocupante o facto de, nas tentativas de estabelecimento dum plano estratégico para o turismo não terem sido envolvidas nem a comunidade local, nem outros atores e de, na

ausência de planos de ordenamento, a Sociedade de Desenvolvimento Turístico da ilha (criada recentemente e responsável pelo desenvolvimento turístico da ilha) estar a preparar conjuntamente o plano de desenvolvimento turístico e o Plano Diretor Municipal para a Boavista. Convém salientar que o planeamento estratégico do turismo deve ser integrado, a longo prazo, com metas e objetos específicos determinados e incluir a participação pública. Frequentemente, áreas que em tempos foram atrativas, com a intensa exploração e procura turística, deixam de o ser, em grande medida devido à má planificação que não tem em conta aspetos ambientais e socioculturais.

Tal como em outras ilhas de Cabo Verde, impera também na Boavista o turismo edificado (na modalidade de “resorts”) e um planeamento inadequado do setor turístico. Isso apresenta algumas ameaças, nomeadamente a especulação nos preços de terrenos; os investidores estrangeiros têm-se apressado na compra de terrenos nas áreas costeiras; os restaurantes, locais de venda de artesanato, as agências de viagem, as excursões e locais de aluguer de equipamentos desportivos são explorados sobretudo por estrangeiros (maioritariamente por italianos); a qualidade ambiental começa a estar em risco devido à insuficiente recolha e tratamento de resíduos e efluentes e a pressão antropológica; a fragmentação de habitats; a destruição de dunas; o aumento de pressão sobre ecossistemas frágeis e espécies ameaçadas. Quanto ao abastecimento de água, produção de energia elétrica, tratamento de efluentes e transporte de resíduos são os próprios hotéis os responsáveis pela organização destes serviços, uma vez que possuem os seus próprios dessalinizadores, geradores, pequenas estações de tratamento de águas residuais e transporte para o seu lixo. Mas isso não deixa de colocar problemas porque a não fiscalização não permite verificar se cumprem todos os parâmetros legais e a comunidade local não beneficia destas infra-estruturas (Lima, 2008).

O planeamento inadequado (ou inexistente) tem condicionado, por exemplo, as áreas costeiras, não deixando outra alternativa para as mesmas que não o turismo e a construção desenfreada, pois grande parte dos proprietários locais vê nestas uma oportunidade de negócio e mais grave ainda, é que grande parte têm sido adquiridas por estrangeiros (alienação do território) (Lima, 2008).

As atividades turísticas que já vêm sendo desenvolvidas na Boavista são banhos de mar e sol, *windsurf*, mergulho, passeios de moto 4, *turtle* e *bird watching*. Todavia, estas últimas cinco atividades enunciadas estão a realizar-se sem regras e controlo. Assim, torna-se necessário a emissão de licenças, a regulamentação e o controlo (fiscalização) das mesmas (Lima, 2008).

Segundo os inquéritos realizados pela Penninkhoff (2006), no âmbito da sua dissertação de mestrado, a ilha da Boavista é procurada principalmente pela natureza e paisagem. Esse mesmo trabalho apresenta indicações de que um número considerável de turistas está interessado em contribuir para a proteção ambiental na Boavista e que alguns membros da comunidade local querem ser envolvidos na indústria turística.

Assim, os produtos turísticos a serem desenvolvidos deviam levar em consideração esses factos, as tendências do mercado e dos turistas internacionais e as características do meio. Como tendências do mercado e dos turistas internacionais favoráveis à Boavista, pode-se indicar, de entre outras, estas: a diversificação dos destinos e produtos; a maior parte das atividades turísticas está ligada à natureza e atrações socioculturais; o crescente interesse pelo património natural e cultural; aposta na qualidade ambiental, fator determinante na escolha dos destinos e para as formas de turismo ligadas ao turismo de natureza.

Baseando-se nas características da ilha, a Boavista possui as seguintes vantagens: extensas e bonitas praias; corais e grande diversidade marinha; boas condições para a prática de *windsurf* e *kitesurf*; a presença de tartarugas, cetáceos e de aves peculiares; zonas húmidas; zonas naturais mais ou menos preservadas; interesse geológico e arqueológico; pouco urbanizada não havendo muita degradação; a sensação de deserto numa ilha; rasgos culturais de interesse – música, tradições e costumes.

Contudo, possui algumas desvantagens, que são necessárias ter em conta, como seja: não se encontram implementadas as áreas protegidas e os limites ainda não foram aprovados; parte dos sítios protegidos foram redefinidos como ZDTI; insuficientes redes viárias, estruturas de saúde, recolha e tratamento de resíduos sólidos e efluentes; falta de mão-de-obra qualificada; artesanato pouco diverso, apesar de haver alguma tradição; importação de artesanato da Costa Ocidental Africana; falta de atividades de animação; dependência da importação de mercadorias e bens; custo de vida elevado; a construção desordenada e não integrada na paisagem; a exploração de inertes; arribadas; a captura de tartarugas; escassez de água, deficiente abastecimento de água e produção de energia; pessoas não qualificadas a fazer o *bird* e *turtle watching*; suscetibilidade ao aumento do nível do mar (Lima, 2008).

Uma vez que o turismo nas áreas protegidas concilia o ecoturismo, o turismo cultural e o científico, seria uma opção adequada para esta ilha. Seria ainda uma oportunidade para valorizar essas áreas, para a criação de centros de investigação e incentivo à própria investigação. Mas os benefícios do turismo para a conservação terão de ser maior do que os custos ambientais derivados.

Deste modo, o melhor para a ilha da Boavista será a aposta num modelo de turismo sustentável, entendido como aquele compatibiliza o desenvolvimento do turismo e os interesses económicos, que estimula o respeito e a preservação dos recursos naturais, culturais e sociais e, por outro lado, favorece a redução das tensões entre o turismo, os visitantes, as comunidades anfitriãs e o ambiente, ou seja, a existência de um equilíbrio entre todos os intervenientes.

Neste contexto, o apelo ao turismo massificado assente no sol e na praia, já não é suficiente para garantir o sucesso do turismo na ilha ou no país. Ou seja, a maioria das pessoas vive atualmente em meios urbanos e esse facto repercute-se

nas motivações dos turistas, já que as pessoas tendem a procurar, cada vez mais, a ruralidade, o contato com a natureza e os espaços abertos onde é possível o contato direto com a realidade que os rodeia.

O turismo sustentável é um turismo planificado, bem gerido, respeitador do meio ambiente e assente na diversificação dos produtos turísticos. Por isso, terá de estar adaptado à personalidade do sítio e envolver o tecido empresarial local. Assim, para o desenvolvimento de um turismo sustentável há que defender-se medidas que sejam duráveis e economicamente viáveis longo prazo e que respeitem o meio, nomeadamente em termos de capacidade de carga dos espaços naturais e culturais; medidas que estejam devidamente integradas com a totalidade do território e que permitam a efetiva participação das populações locais.

Só desta forma se assegurará a qualidade necessária para proporcionar uma experiência inesquecível para os visitantes e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio entre aquilo que a indústria turística tem de implementar e aquilo que a comunidade local deseja (que vai de encontro às suas necessidades). Desta forma se assegura a fundamental cooperação entre visitantes e comunidade anfitriã e a sustentabilidade do setor.

Resumindo o que foi dito, as espécies e ecossistemas da Boavista apresentam uma vulnerabilidade ainda maior devido ao facto de terem evoluído na presença de um número restrito de habitantes.

Por isso, a Boavista, para que não venha a acontecer com os recursos turísticos o que aconteceu no passado com os então produtos de interesse económico, como o sal e a urzela, por exemplo, entende-se que as entidades empreendedoras, nacionais e internacionais, e a governação do país deverão promover uma reflexão sobre as políticas de turismo pensadas e a serem (re) pensadas, nomeadamente no que concerne, ao mesmo tempo, à preservação dos produtos naturais e criados que a ilha, às iniciativas que deverão ser tomadas, desde agora, no sentido da sustentabilidade económica e social numa longínqua mas possível era pós-turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo está a ter e poderá continuar a ter um impacto positivo no desenvolvimento do país que, dada as suas características próprias, desde que haja preocupação sustentável em controlar aspetos necessariamente negativos. Claro que como toda e qualquer atividade de carácter transversal, o turismo pode ter impactos quer positivos quer negativos.

Assim, a nível económico, o desenvolvimento do turismo na ilha da Boavista tem favorecido o aparecimento de novas oportunidades de negócios, além de constituir um estímulo à constituição de micro-empresas e reorganização do tecido empresarial em áreas diversificadas, que podem ir desde a restauração, à promoção do artesanato e das artes, pesca, agricultura e construção civil. Por outro lado, faz aumentar as receitas locais e/ou regionais, permite a criação de

postos de trabalho mas também influencia o aumento do preço dos produtos nas áreas de destino, circunstância que faz dos residentes os principais prejudicados. Devido às características do país, o investimento tem estado direcionado, de modo visível, para o turismo de praia.

O turismo gera riquezas e gera lucros. No caso de Cabo Verde tem-se constatado que a maioria dos proprietários dos empreendimentos hoteleiros são estrangeiros (destacando-se os italianos, portugueses e ingleses), o produto do turismo em termos de riqueza tem sido canalizada para os países de origem dos investidores/proprietários em vez de ser utilizada para o desenvolvimento da própria atividade turística e melhoria da qualidade de vida local. Em termos globais, os impactos económicos positivos do turismo situam-se sobretudo no aumento de postos de emprego e no aumento do investimento.

A nível social, o crescimento da estrutura demográfica da população nos últimos anos devido às migrações internas e internacionais de pessoas principalmente em busca de melhores condições de vida, de um posto de trabalho proporcionado pela atividade turística e não fruto de um crescimento natural. Este aumento da população tem sido responsável pela necessidade de no domínio da saúde se reforçar os equipamentos e infraestruturas existentes de modo a acompanhar-se o desenvolvimento do turismo de qualidade e assim satisfazer-se interesses quer de entidades diretamente ligadas à saúde pública, quer dos investidores turísticos, assim como responder à procura da população local.

A nível ambiental, o impacto da intervenção do homem, por exemplo, nas praias a pretexto de iniciativas turísticas é limitado quando comparado com os efeitos do turismo na sua globalidade. Os investimentos mais visíveis estão relacionados com as construções de hotéis e outras infraestruturas turísticas, mas os diplomas legais que definam e delimitam as áreas protegidas (com base numa ideia de desenvolvimento do turismo voltada para a necessidade de proteção do ambiente) e primordialmente os diplomas sobre a avaliação de impactos ambientais, assim como a de avaliação ambiental estratégica, que regulam os procedimentos a ter em conta quando se preveja a realização de uma qualquer obra, plano ou projeto suscetível de causar impactos no ambiente, são importantíssimos instrumentos de caráter preventivo da política do ambiente. Para além destes instrumentos legais de gestão ambiental, a aposta pode também passar pela adoção de mecanismos práticos como seja a promoção do uso de painéis solares (reduzindo-se assim as despesas com a eletricidade e aproveitando-se o sol da ilha durante todo o ano), a reutilização das águas residuais no aproveitamento da rega dos jardins tanto públicos como privados, o fomento do uso de bicicleta, de burros e de passeios a pé, a promoção de centros temáticos sobre o ambiente de forma a também se sensibilizar a população e comunidade local para a proteção do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. (1994). *A Ilha Fantástica*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Constituição da República de Cabo Verde* (4ª ed. 2010). Cidade da Praia. Recuperado em 12 de Dezembro de 2015 de <http://www.parlamento.cv/Downloads/Constituição%20da%20República%20de%20Cabo%20verde,%202010.pdf>
- Decreto-lei n.º 3/2003, de 24 de Fevereiro*. (2003) Que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que pela, sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socioeconómico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma proteção especial e integrar-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas. Recuperado em 12 de Dezembro de 2015 de http://www.sdtibm.cv/documentos/BO/bo_l_24-02-2003_5.pdf
- Decreto-Regulamentar n.º 7/2007 de 19 de Março*. (2007). Que refine as zonas de desenvolvimento turístico integrado. Recuperado em 12 de Dezembro de 2015 de http://www.sdtibm.cv/documentos/BO/bo_l_sp_19-03-2007_11.pdf
- Decreto-Regulamentar n.º 7/94 de 23 de Maio*. (1994). Que declara zonas de desenvolvimento turístico integrado. Recuperado em 12 de Dezembro de 2015 de http://www.sdtibm.cv/documentos/BO/bo_l_23-05-1994_20.pdf
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Distribuição dos hóspedes segundo a ilha, por país de residência habitual dos hóspedes (2006)* – Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Estabelecimentos de alojamento na ilha da Boavista (2011)* - Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2001 e 2011* – Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Evolução do n.º de estabelecimentos, capacidade e pessoal ao serviço entre 2004 e 2011 na ilha da Boavista* Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Hóspedes segundo a ilha, por país de residência dos hóspedes (2011)* - Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Peso da Boavista relativamente a Cabo Verde entre 2004 e 2011 (%)* - Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2012). *Taxa de ocupação-cama segundo o tipo dos estabelecimentos, por ilha (2011)* Recuperado em 15 de Janeiro de 2016 de <http://www.ine.cv/dadostats/dados.aspx?d=2>
- LIMA, L. (2008). Áreas Protegidas e/ou Zonas De Desenvolvimento Turístico Em Cabo Verde? O Caso da Ilha Da Boavista. Dissertação de Mestrado: Universidade de Aveiro.

PEARCE, D. (1987). *Tourism Today: A Geographical Analysis*. Longman Scientific & Technical, Longman Group UK Limited.

PENNINKHOFF, P. (2006). *Responsible Tourism and its Possible Contributions to Economic Development on the Island of Boavista (Cape Verde)*. Amsterdam: MSc in Economics of Rural Change for Distance Learning Students of the University of London.

Plano de Desenvolvimento Urbano de Sal-Rei. Vol. I. (2012), *Caraterização e Diagnostico – Relatório*. Ficheiro cedido pela Câmara Municipal da Boavista.